



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3/2026 - PMC

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026 – PMC

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

1. PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, situado à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, Concórdia/SC, por intermédio do Secretário Municipal de Gestão Urbana, Senhor Rudimar Vitto, **torna público** que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, no **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, sob a forma **ELETRÔNICA**, por meio do site www.portaldecompraspublicas.com.br. O critério de julgamento será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, no modo **ABERTO E FECHADO**. O processo será conduzido e julgado de acordo com o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 7.090, de 22 de fevereiro de 2023, e na Lei Complementar nº 123, de 15 de dezembro de 2006, pelo(a) Pregoeiro(a) designado(a) pelo Decreto nº 8.887, de 15 de janeiro de 2025, com auxílio de sua Equipe de Apoio, designada pelo Decreto nº 8.888, de 15 de janeiro de 2025.

1.1. A apresentação da proposta deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, dentro dos prazos abaixo especificados:

DATA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA: ATÉ DIA 27/01/2026

HORÁRIO LIMITE: até 08h15min.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: DIA 27/01/2026

HORÁRIO: às 08h30min.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o **REGISTRO DE PREÇO** para eventual contratação de serviços de operação de máquinas pesadas, com medição por hora-máquina, conforme especificações e condições constantes do Anexo “A” deste Edital, destinadas a atender às demandas das Secretarias Municipais de Concórdia/SC

2.2. O objeto social da empresa licitante deverá ser pertinente e compatível com o objeto disposto no item 2.1.

2.3. O objeto está fundamentado no Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

3. DOS ITENS A SEREM LICITADOS

3.1. O objeto desta licitação é composto pelos seguintes itens:



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Item	Produto	Quantidade	Unidade	Preço Unit. Máximo	Total por Item
1	Prestação de serviço de horas/máquina com escavadeira hidráulica com no máximo 10 anos de uso peso operacional mínimo de 14.000 kg, com rompedor hidráulico peso operacional mínimo de 1.050 kg. (SEMURB)	1.000	HORA	565,00	565.000,00
2	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEMURB)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
3	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEMURB)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
4	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEMURB)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
5	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEMURB)	500	HORA	280,00	140.000,00
6	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEMURB)	500	HORA	280,00	140.000,00
7	Prestação de serviços de horas máquinas com motoniveladora, com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 14.500KG, motor potência mínima de 160HP, com lâmina deslizante, máquina articulada (atrás ou na frente da cabine), escarificador traseiro, deslocamento lateral de lâmina. (SEMURB)	750	HORA	455,00	341.250,00
8	Prestação de serviço de horas máquina, com rolo compactador, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 110 HP e peso mínimo de 10.000 kg com opção de rolo liso e pé de carneiro, rolo com tração nas rodas e no cilindro. (SEMURB)	1.000	HORA	350,00	350.000,00
9	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEMURB)	500	HORA	265,00	132.500,00
10	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEMURB)	500	HORA	265,00	132.500,00
11	Prestação de serviço de horas máquina com mini escavadeira hidráulica com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 4.000 kg com potência mínima de 35 HP. (SEMURB)	1.000	HORA	269,65	269.650,00
12	Prestação de serviço de Guindaste telescópico rodoviário capacidade de elevação 80 toneladas com 45 metros de lança principal e 17 metros de extensão, guindaste com no máximo 10 anos de uso. (SEMURB)	20	DIA	3.918,60	78.372,00
13	Prestação de serviço de horas máquina com equipamento guindaste com cesta, com no máximo 10 anos de uso. (SEMURB)	600	HORA	312,50	187.500,00
14	Prestação de serviço com máquina escavadeira hidráulica de pneus com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 14.000 kg, equipada com cabeçote de corte com discos de alto poder de corte em formato estrela para realizar roçadas nas estradas do interior. (SEMUR)	12	MÊS	70.000,00	840.000,00
15	Prestação de serviço de horas/máquina com escavadeira hidráulica com no máximo 10 anos de uso peso operacional mínimo de 14.000 kg, com rompedor hidráulico peso operacional mínimo de 1.050 kg. (SEMUR)	1.000	HORA	565,00	565.000,00
16	Prestação de serviço de horas/máquina com escavadeira hidráulica com no máximo 10 anos de uso peso operacional mínimo de 14.000 kg, com rompedor hidráulico peso operacional mínimo de 1.050 kg. (SEMUR)	1.000	HORA	565,00	565.000,00
17	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de	1.000	HORA	410,00	410.000,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	17.000 kg. (SEMUR)				
18	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEMUR)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
19	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEMUR)	1.000	HORA	280,00	280.000,00
20	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEMUR)	1.000	HORA	265,00	265.000,00
21	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEMUR)	1.000	HORA	265,00	265.000,00
22	Prestação de serviços de horas máquinas com motoniveladora, com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 14.500KG, motor potência mínima de 160HP, com lâmina deslizante, máquina articulada (atrás ou na frente da cabine), escarificador traseiro, deslocamento lateral de lâmina. (SEMUR)	1.000	HORA	455,00	455.000,00
23	Prestação de serviços de horas máquinas com motoniveladora, com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 14.500KG, motor potência mínima de 160HP, com lâmina deslizante, máquina articulada (atrás ou na frente da cabine), escarificador traseiro, deslocamento lateral de lâmina. (SEMUR)	1.000	HORA	455,00	455.000,00
24	Prestação de serviço de horas máquina, com rolo compactador, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 110 HP e peso mínimo de 10.000 kg com opção de rolo liso e pé de carneiro, rolo com tração nas rodas e no cilindro. (SEMUR)	1.000	HORA	350,00	350.000,00
25	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEMUR)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
26	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEMAE)	500	HORA	265,00	132.500,00
27	Prestação de serviço de horas/máquina com escavadeira hidráulica com no máximo 10 anos de uso peso operacional mínimo de 14.000 kg, com rompedor hidráulico peso operacional mínimo de 1.050 kg. (SEDETI)	1.000	HORA	565,00	565.000,00
28	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDETI)	3.000	HORA	410,00	1.230.000,00
29	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEDETI)	1.000	HORA	280,00	280.000,00
30	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante traçado, 6x4, com no máximo 10 anos de uso, potência 260cv, com capacidade de 10 metros cúbicos na caçamba. (SEDETI)	3.000	HORA	265,00	795.000,00
31	Prestação de serviços de horas máquinas com motoniveladora, com no máximo 10 anos de uso, peso operacional mínimo de 14.500KG, motor potência mínima de 160HP, com lâmina deslizante, máquina articulada (atrás ou na frente da cabine), escarificador traseiro, deslocamento lateral de lâmina. (SEDETI)	1.000	HORA	455,00	455.000,00
32	Prestação de serviço de horas máquina, com rolo compactador, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 110 HP e peso mínimo de 10.000 kg com opção de rolo liso e pé de carneiro, rolo com tração nas rodas e no cilindro. (SEDETI)	1.000	HORA	350,00	350.000,00
33	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo	3.000	HORA	440,00	1.320.000,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	de 14.000 kg. (SEDETI)				
34	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	280,00	280.000,00
35	Prestação de serviço de horas máquina, com retroescavadeira traçada 4x4, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima de 90 HP e peso mínimo de 6.800 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	280,00	280.000,00
36	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
37	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
38	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
39	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
40	Prestação de serviço de horas máquina, com trator de esteira, com no máximo 10 anos de uso, equipado com escarificador traseiro, lâmina de inclinação e angulação hidráulica, potência de no mínimo 128 HP e peso mínimo de 14.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	440,00	440.000,00
41	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
42	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
43	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
44	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
45	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
46	Prestação de serviço de horas/máquina, com escavadeira hidráulica, com no máximo 10 anos de uso, potência mínima do motor de 111HP e peso operacional mínimo de 17.000 kg. (SEDAGRO)	1.000	HORA	410,00	410.000,00
47	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante com no mínimo 10 metros cúbicos, traçado, 6x4, 250cv, em perfeito estado de funcionamento. (SEDAGRO)	1.000	HORA	265,00	265.000,00
48	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante com no mínimo 10 metros cúbicos, traçado, 6x4, 250cv, em perfeito estado de funcionamento. (SEDAGRO)	1.000	HORA	265,00	265.000,00
49	Prestação de serviços de horas máquina com caminhão caçamba basculante com no mínimo 10 metros cúbicos, traçado, 6x4, 250cv, em perfeito estado de funcionamento. (SEDAGRO)	1.000	HORA	265,00	265.000,00
50	Prestação de serviços de transporte por Km com caminhão caçamba basculante com no mínimo 10 metros cúbicos, traçado, 6x4, 250cv, em perfeito estado de funcionamento. (SEDAGRO)	10.000	QUILÔ-METRO	16,93	169.300,00



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Total Geral:	20.208.572,00
--------------	---------------

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo licitatório empresas que atendam a todas as exigências constantes deste edital e seus anexos, incluindo a documentação obrigatória.

4.2. Ficam impedidas de participar desta licitação empresas que se enquadrem em qualquer das vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, estejam cumprindo sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021, ou apresentem as seguintes condições: a) Estar com falência decretada; b) Participar em consórcio; c) Ser estrangeira.

4.2.1. O impedimento de participação será igualmente aplicado ao licitante que atuar em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o objetivo de burlar a sanção aplicada à controladora, controlada ou coligada, desde que o ilícito seja devidamente comprovado.

4.2.2. A vedação ao consórcio (item 4.2., "b") justifica-se pela natureza comum do objeto licitado, amplamente comercializado no mercado, sendo que permitir consórcios poderia restringir a competitividade.

4.3. A vedação mencionada no item 4.2. estende-se a terceiros que participem da condução do processo licitatório na qualidade de integrantes da equipe de apoio, profissionais especializados, ou representantes de empresas que prestem assessoria técnica.

4.4. Não poderão disputar a licitação ou executar o contrato pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo técnico, comercial, econômico, financeiro, trabalhista ou civil, ou sejam cônjuges, companheiros ou parentes até o terceiro grau da Autoridade Competente ou de servidores envolvidos no processo licitatório ou na fiscalização do contrato, conforme o art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.5. Em atendimento ao art. 49, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, e diante da inexistência de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, justifica-se a ampla concorrência para este certame.

5. REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

5.1. Para participar do Pregão Eletrônico, o licitante deverá estar devidamente cadastrado na plataforma **Portal de Compras Públicas**, utilizada para o gerenciamento deste processo, e realizar o seu credenciamento para participação neste certame.

5.1.1. O credenciamento será realizado mediante a atribuição de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

5.1.2. O credenciamento do licitante junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante ou de seu representante legal e na presunção de sua capacidade técnica para realizar as transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. O



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

licitante assumirá como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances registrados durante a sessão pública, não podendo pleitear qualquer alegação por erro, omissão ou outro motivo. O provedor do sistema e o Município de Concórdia não se responsabilizam por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, inclusive por terceiros.

5.3. É responsabilidade do licitante verificar a exatidão de seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto ao provedor do sistema eletrônico. O licitante deverá corrigir ou alterar imediatamente os registros ao identificar qualquer incorreção ou desatualização.

6. ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

6.1. Os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente pelo sistema eletrônico, suas propostas contendo a descrição do objeto ofertado e os respectivos preços, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

6.2. Caso sejam emitidos adendos, erratas ou republicações do edital que alterem a data de abertura do certame, cabe às licitantes atualizarem as propostas de preços já cadastradas, se necessário.

6.3. Como requisito para participação, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, pleno conhecimento e cumprimento das exigências de proposta de preços e habilitação previstas no edital.

6.4. Será responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, assumindo o ônus por eventual perda de negócios devido à inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou desconexões.

6.5. As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas no sistema até a abertura da sessão pública.

6.6. Não será definida, nesta etapa, uma ordem de classificação entre as propostas apresentadas. A classificação será realizada após a abertura da sessão pública, envio de lances, negociações e julgamento das propostas.

6.7. A proposta de preços deverá ser enviada em formulário específico, **exclusivamente pelo sistema eletrônico**, respeitando o prazo e as orientações previstas no preâmbulo deste edital.

6.7.1. As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da lei, que se enquadram nas condições previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, em campo próprio do sistema eletrônico no momento do envio da proposta.

6.8. Propostas que incluam produtos ou serviços não condizentes com as especificações descritas no item 3 deste edital serão desconsideradas.

6.9. A licitante será responsável por todas as transações realizadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances inseridos durante a sessão pública.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

6.10. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do Pregão Eletrônico, bem como durante as etapas subsequentes, até que o processo seja homologado.

6.11. DAS PROPOSTAS

6.11.1. As propostas deverão conter, obrigatoriamente:

- a) **Preço unitário** de cada item em moeda corrente nacional, em algarismos, com no máximo duas casas decimais após a vírgula;

6.12. Nos preços finais deverão estar inclusos quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas, contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, tributárias e fiscais, ou custos relacionados à entrega parcelada, se aplicável.

6.12.1. A licitante contratada será responsável por quaisquer equívocos no dimensionamento dos quantitativos apresentados em sua proposta.

6.13. Não serão aceitas propostas cujo quantitativo seja inferior ao estimado para aquisição, conforme definido neste edital.

6.14. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias consecutivos, nos termos do art. 48, VI, do Decreto nº 7.090, de 2023, contados a partir da data da sessão de abertura, conforme o item 1.1 deste Edital.

6.14.1. Na contagem do prazo, exclui-se o dia de início e inclui-se o dia de vencimento.

6.15. Serão admitidos erros de natureza formal na proposta, desde que não comprometam o interesse público, a segurança jurídica, ou a aferição da qualificação do licitante.

6.16. Qualquer inserção na proposta que tenha como objetivo modificar, extinguir ou criar direitos sem previsão no edital será considerada inexistente, prevalecendo as condições estipuladas no edital.

6.17. DA HABILITAÇÃO

6.17.1. A documentação de habilitação deverá ser apresentada pela licitante vencedora em **formato digital (PDF e/ou RAR)** em arquivo único, exclusivamente pelo sistema eletrônico, no prazo de **2 (duas) horas** após ser declarada vencedora.

Documentos obrigatórios:

- a) Ato Constitutivo, certificado da condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), Estatuto ou Contrato Social Consolidado, em vigor, devidamente registrado. Para sociedades comerciais, o documento deve ser apresentado conforme sua forma jurídica, e, no caso de sociedades por ações, deve estar acompanhado dos documentos que comprovem a eleição de seus atuais administradores e a publicação da ata arquivada em órgão de imprensa oficial.
- b) Certidão Conjunta Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, incluindo as Contribuições



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Sociais.

- c) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Estaduais;
- d) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Municipais, referente ao Município da sede do licitante.
- e) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), comprovando a situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- f) Prova de inexistência de débitos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa (ou Positiva com Efeitos de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011.
- g) Certidão Negativa de Falência, expedida pelo distribuidor da comarca da sede da licitante.
- h) Balanço Patrimonial referente ao último exercício social encerrado (2024), apresentado na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

h.1) As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação e poderão apresentar o Balanço de Abertura, devidamente registrado na Junta Comercial ou no órgão competente.

h.2) Para fins de comprovação da boa situação financeira da licitante, deverá ser apresentado, devidamente assinado pelo contador responsável, o cálculo dos índices de Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG) e Solvência Geral (SG), fundamentados em parâmetros admitidos pela legislação e usualmente aceitos pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), conforme as fórmulas abaixo:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

h.2.1) Serão consideradas inabilitadas as licitantes que apresentarem resultado inferior a 1,00 (um) em qualquer dos índices referidos.

h.2.1.1) Todavia, caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1,00 (um) em qualquer dos índices, poderá, para fins de habilitação, comprovar capital mínimo e/ou patrimônio líquido mínimo equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

h.3) O Balanço Patrimonial deverá estar acompanhado dos respectivos termos de abertura e de encerramento, em conformidade com a legislação aplicável.

h.4) Caso necessário, a Pregoeira/Agente de Contratação poderá solicitar, em sede de



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

diligência, a apresentação de outros documentos contábeis ou comprobatórios que julgar pertinentes para a adequada verificação da regularidade do balanço patrimonial ou da situação econômico-financeira da licitante, nos termos do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021.

h.5) Quando exigida a apresentação de dois exercícios sociais encerrados, os índices deverão ser calculados e apresentados considerando ambos os exercícios, de forma comparativa, conforme determinado no edital.

- i) No caso de a proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), deverá apresentar a Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede da licitante, com validade na data de abertura da licitação, conforme item 1.1 deste Edital. Para sociedades simples que não registram seus atos na Junta Comercial, será exigida a Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando o enquadramento nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

i.1) Caso a certidão mencionada na alínea "i" não contenha data de validade estabelecida pelo órgão expedidor, será considerada válida por 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão.

i.2) Para fins de comprovação do enquadramento como Microempresa (ME) e/ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a licitante poderá apresentar o Cartão CNPJ, emitido nos últimos 90 (noventa) dias, contendo a indicação de seu porte como ME ou EPP.

i.3) Para comprovar o requisito de compatibilidade do objeto, descrito no subitem 2.2, serão aceitos os seguintes documentos: a Certidão de Enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial; o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (CNPJ); ou qualquer documento mencionado na alínea "a" deste subitem.

i.3.1) Para verificar a compatibilidade do objeto, serão considerados os grupos incluídos na divisão da seção da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE).

6.17.2. DAS DECLARAÇÕES

6.17.2.1. Juntamente com a documentação de habilitação mencionada no item 6.17.1, a licitante deverá apresentar, dentro do mesmo prazo estabelecido no item anterior, as seguintes declarações e documentos:

- a) Declaração de que a empresa atesta que os veículos, máquinas e/ou equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços, cuja medição se dará por hora-máquina, **estão dotados de horímetro original de fábrica, individualizado e em perfeito funcionamento**, sem qualquer indício de adulteração ou fraude na medição.

a.1) A medição das horas de serviço deverá ser realizada exclusivamente por meio de **horímetro original de fábrica**.

a.2) Caso o equipamento apresentado possua horímetro não original, a CONTRATADA deverá apresentar **laudo técnico**, emitido por profissional ou empresa legalmente habilitada, atestando que o dispositivo funciona de forma **idônea e equivalente ao original**. A veracidade do laudo será de responsabilidade do



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

profissional ou da empresa emissora, que poderá responder **administrativamente** em caso de falsidade ou irregularidade.

- b) Declaração de que a CONTRATADA **dispõe efetivamente de um (01) veículo, máquina ou equipamento para cada item em que se sagrar vencedora**, ficando ciente de que, **para fins de homologação**, será obrigatória a **apresentação física do respectivo veículo, máquina ou equipamento à fiscalização do contrato**.

- c) Declaração de que todos os colaboradores designados para operar ou conduzir os veículos, máquinas e equipamentos a serem utilizados na execução contratual **possuem habilitação legal e capacitação técnica compatíveis com as especificações de cada equipamento**, conforme exigido pela legislação vigente e pelas normas de segurança.

c.1) Paralelamente, a CONTRATADA deverá apresentar, **como condição para homologação da contratação**, a **comprovação documental da habilitação e capacitação** dos respectivos operadores e condutores.

c.2) A substituição de qualquer profissional durante a vigência do contrato **deverá ser previamente comunicada à fiscalização, acompanhada da documentação comprobatória**, e estará condicionada à **aprovação formal da Administração**.

- d) Relatório de consulta negativa, emitido nos últimos 10 (dez) dias, contendo a Razão Social e o CNPJ da licitante, realizado junto ao Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), por meio do endereço eletrônico <http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/consulta>.

- e) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, emitida em nome da empresa licitante (CNPJ), por meio do endereço eletrônico: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112241966397038:::P3_TIPO:CNPJ.

- f) Certidão Negativa de Licitante Inidôneo, emitida em nome de todos os sócios da empresa licitante (CPF), por meio do endereço eletrônico: https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:112241966397038:::P3_TIPO:CPF.

- g) Para facilitar o contato, a licitante deverá informar os seguintes dados do Preposto: nome, CPF, cargo/função, telefone e e-mail.

g.1) O Preposto indicado será responsável por todos os contatos necessários para a plena execução do contrato.

g.2) Caso necessário, deverá ser apresentada procuração específica para a assinatura do contrato pelo Preposto indicado.

6.17.2.2. Os documentos relacionados no item 6.17.2.1. não ensejam, inicialmente, causa de inabilitação. Caso não sejam apresentados no prazo estipulado no item 6.17.1, o(a) Pregoeiro(a) poderá realizar diligências pelo Portal de Compras Públicas para solicitar o envio dos mesmos.

6.17.2.2.1. O não envio dos documentos no prazo estipulado impedirá a habilitação da empresa e a finalização do processo licitatório.

6.17.2.2.2. Apesar de os documentos do item 6.17.2.1 não ensejarem inabilitação imediata, o não atendimento às diligências realizadas pelo Pregoeiro poderá resultar na inabilitação da



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

licitante.

6.17.2.2.3. O prazo para envio da documentação complementar será o mesmo estabelecido no item 6.17.1, podendo ser prorrogado a critério do(a) Pregoeiro(a). É responsabilidade das licitantes acompanhar o processo e atender às exigências dentro dos prazos estipulados.

6.17.4. Serão inabilitados os proponentes que, mesmo após diligências, não apresentarem os documentos exigidos no item 6.17.1, alíneas “a” a “i”, apresentarem documentos rasurados, com validade vencida, ou que não atendam a todas as exigências do edital.

6.17.5. Licitantes que, mesmo após diligências, não apresentarem os documentos listados nas alíneas “a” a “g” do item 6.17.2.1 serão consideradas inabilitadas.

6.17.6. O Pregoeiro ou Agente de Contratação poderá realizar diligências, conforme art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021, para esclarecer ou complementar documentos e informações.

6.17.6.1. O prazo para envio de documentos será de até 02 (duas) horas, contadas da publicação do aviso no chat do Portal de Compras Públicas. O não atendimento resultará na inabilitação da licitante.

6.17.6.2. As diligências serão realizadas de forma transparente e equitativa, garantindo igualdade entre os licitantes.

6.17.6.3. O prazo poderá ser prorrogado, conforme a necessidade, a critério do Pregoeiro, para garantir a verificação das propostas.

6.18. As licitantes poderão substituir os documentos exigidos nas alíneas “b” a “f” do item 6.17.1 pelo Certificado de Registro Cadastral (CRC) do SICAF, desde que estejam atualizados e válidos.

6.19. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida no item 6.17.1, incluindo regularidade fiscal e trabalhista.

6.19.1. Caso haja restrições, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, contados da declaração de vencedor do certame.

6.19.2. A não regularização no prazo resultará na decadência do direito à contratação, podendo a Administração convocar licitantes remanescentes ou revogar a licitação.

6.20. A não apresentação da documentação do Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e das Certidões Negativas de Licitantes Inidôneos e Inabilitados não acarretará a inabilitação imediata da proponente. Esses documentos poderão ser consultados pelo(a) Pregoeiro(a) a qualquer tempo, ou solicitados à licitante para fins de habilitação.

6.21. Caso a empresa se enquadre em hipóteses de impedimento ou inidoneidade, será analisado o alcance da mesma, sob pena de inabilitação.

6.22. Para certidões que não tenham prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor, será adotada a validade de 90 (noventa) dias consecutivos, contados a partir da data de sua emissão. Documentos que, por natureza, não possuem prazo de validade não estão sujeitos a



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

esse dispositivo.

6.23. Conforme o art. 1º da Lei nº 5.082, de 29 de maio de 2018, fica dispensada a autenticação de cópias de documentos expedidos no Brasil que se destinem à Administração Municipal para fins de licitação. Contudo, em caso de dúvida quanto à autenticidade ou previsão legal, poderá ser exigido o documento original ou uma cópia autenticada.

6.23.1. Não serão efetuadas autenticações de documentos por servidores públicos desta Administração, em razão de sua dispensa, conforme dispõe a Lei nº 5.082, de 2018.

6.23.2. O Pregoeiro(a) poderá diligenciar para comprovar a autenticidade dos documentos apresentados, nos termos do art. 1º, § 1º, da Lei nº 5.082, de 2018.

7. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

7.1. O Pregoeiro, por meio do sistema eletrônico, dará início à sessão pública na data e horário previstos neste Edital, com a divulgação da melhor proposta inicial registrada no sistema.

7.2. O acompanhamento da sessão ocorrerá exclusivamente por meio eletrônico, no endereço informado no Preâmbulo deste Edital, conforme dispõe o art. 17, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Caso haja necessidade durante a sessão, o(a) Pregoeiro(a) informará, por meio do chat do sistema eletrônico, o horário de suspensão e a previsão de retomada da sessão pública.

8. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Aberta a etapa competitiva (sessão pública), os licitantes deverão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**. O licitante será imediatamente informado do recebimento e do respectivo valor do lance.

8.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos pelo **VALOR POR ITEM**, respeitando o horário fixado e as regras de aceitação previstas neste edital.

8.3. Serão aceitos apenas lances com valores inferiores ao último lance registrado no sistema eletrônico.

8.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor. Em caso de coincidência, prevalecerá o lance recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema eletrônico.

8.5. Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, o sistema informará, em tempo real, o valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.6. A disputa de lances será realizada nos modos **aberto e fechado**, com apresentação de lances públicos e sucessivos num prazo de 15 (quinze) minutos.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

8.6.1. Ao término do prazo do item 8.6, o sistema emitirá aviso de fechamento iminente e, após transcorrer um **período aleatório** de até 10 (dez) minutos, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.6.2. Após o encerramento, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de menor valor e os licitantes com ofertas até 10% superiores apresentem um **lance final e fechado** em até 5 (cinco) minutos, cujo valor será sigiloso até o término do prazo.

8.6.3. Caso não haja, no mínimo, três ofertas dentro das condições do item 8.6.2, o sistema permitirá que os melhores lances subsequentes, respeitando a ordem de classificação, possam oferecer lances finais e fechados, até o máximo de três participantes.

8.6.4. Após os prazos estabelecidos, o sistema ordenará e divulgará os resultados, indicando os arrematantes.

8.6.5. Em seguida, será aberto um prazo de negociação de 10 (dez) minutos, podendo ser prorrogado pelo(a) Pregoeiro(a), conforme a quantidade de itens ou lotes do processo.

8.6.6. Se o vencedor de um item não for uma empresa beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, e houver empate técnico com empresas beneficiadas, o sistema enviará mensagem informando a ordem de classificação para aplicação do critério de desempate.

8.6.7. As empresas dentro do limite de empate terão 5 (cinco) minutos para ofertar novos lances ou declarar desistência, respeitando a ordem de classificação apresentada.

8.6.8. Os licitantes empatados recebem a oportunidade de apresentar um lance único para oferecer um valor diferente. Caso não o façam ou o lance permaneça empatado, serão analisadas as declarações feitas no momento do registro da proposta

8.6.8.1. Assim, se, após a análise das declarações, os licitantes ainda permanecerem empatados, o sistema determinará, por meio de sorteio, o ranking de vencedores entre os que apresentaram o mesmo valor.

8.7. No caso de desconexão do Pregoeiro durante a etapa competitiva, o sistema eletrônico permanecerá acessível para recepção de lances, retornando o Pregoeiro ao certame assim que possível, sem prejuízo aos atos realizados.

8.7.1. Caso a desconexão persista por mais de 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e retomada após comunicação expressa aos participantes.

8.8. Após o fechamento da etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar contrapropostas diretamente ao licitante detentor do menor lance ou decidir pela aceitação do valor ofertado, considerando a razoabilidade e o interesse público.

9. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Após análise da proposta e habilitação, o Pregoeiro declarará o vencedor e encaminhará o processo para adjudicação e homologação.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

9.2. A proposta final será considerada com base no relatório de vencedores disponibilizado pelo Portal de Compras Públicas, após o término da fase de lances e declaração de vencedores.

9.3. O relatório de vencedores servirá como referência na execução do contrato e em eventual aplicação de sanções à Contratada, se for o caso.

9.4. A oferta deve ser firme e precisa, limitada estritamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou condições que induzam a múltiplos resultados, sob pena de desclassificação.

9.5. A proposta deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos, sendo desconsiderada qualquer proposta que não atenda às especificações ou que vincule sua validade à proposta de outro licitante.

9.6. Caso a proposta ou lance de menor valor não seja aceito, ou se a licitante vencedora não cumprir as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, seguindo a ordem de classificação, até identificar uma proposta ou lance que atenda às condições do Edital.

9.7. Havendo dúvidas quanto às especificações do objeto proposto pela licitante vencedora, o Pregoeiro poderá solicitar uma declaração formal da empresa atestando que o objeto atende integralmente às características indicadas na proposta.

9.7.1. A não apresentação da declaração no prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá resultar na desclassificação do item proposto.

9.8. Para elaboração e aceite da proposta readequada, a licitante vencedora deverá aplicar o desconto ofertado de forma linear, tomando como base a proposta inicial apresentada.

9.8.1. A ausência do ajuste mencionado no item anterior implicará na desclassificação da proposta.

10. DO PARECER TÉCNICO

10.1. Havendo necessidade, o Pregoeiro poderá encaminhar o processo à Secretaria Municipal solicitante para análise técnica.

10.2. Caso o parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal opine pela desclassificação ou inabilitação da licitante vencedora, o Pregoeiro analisará o parecer e convocará as empresas subsequentes para nova negociação, respeitando a ordem de classificação.

10.3. Após o procedimento acima, o Pregoeiro realizará a classificação final, habilitará o vencedor e encaminhará o processo à Autoridade Competente para adjudicação e homologação.

11. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

11.1. Os pedidos de esclarecimentos e as impugnações ao ato convocatório deverão ser apresentados até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, **exclusivamente por meio de formulário eletrônico** disponível no Portal de Compras Públicas.

11.1.1. O Pregoeiro encaminhará os pedidos e as impugnações à Autoridade Competente, que terá 2 (dois) dias úteis para decidir, conforme art. 17, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.1.2. Caso a impugnação ou pedido de esclarecimento seja deferido, e havendo impacto na formulação das propostas, será designada nova data para realização do certame.

11.1.2.1. Quando o deferimento da impugnação ou alteração do edital não impactar na formulação das propostas, poderá, a critério da Autoridade Competente, ser mantida a data de envio e abertura do certame.

12. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Caberá recurso nos casos previstos no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021. A intenção de interpor recurso deverá ser manifestada, de forma motivada, através de formulário próprio do Sistema Eletrônico, explicitando sucintamente suas razões, logo após o término da sessão de lances.

12.1.1. O prazo para manifestação da intenção de recorrer será de 10 (dez) minutos, concedido após a etapa de negociação e habilitação.

12.1.1.1. É responsabilidade exclusiva das licitantes acompanhar o sistema em tempo real e manifestar-se nos prazos definidos. Reclamações posteriores de desconhecimento dos prazos não serão aceitas.

12.1.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

12.2. Caso o Pregoeiro aceite a intenção de recurso, a licitante terá 03 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso por meio de formulário específico do sistema. Este será disponibilizado a todos os participantes, que terão igual prazo para apresentar contrarrazões.

12.3. A ausência de manifestação imediata e motivada resultará na decadência do direito de recurso, permitindo ao Pregoeiro anunciar a licitante vencedora.

12.4. O recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

12.5. O acolhimento do recurso implicará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, o licitante que aceitar os termos da licitação sem objeção e apontar falhas ou irregularidades apenas após o julgamento, sendo a comunicação considerada sem efeito de recurso.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

12.7. O recurso será dirigido à autoridade que editou o ato ou decisão recorrida, que poderá reconsiderá-lo em até 03 (três) dias úteis ou encaminhá-lo à autoridade superior, que decidirá em até 10 (dez) dias úteis.

13. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. A adjudicação observará a manutenção das condições de habilitação da licitante vencedora.

13.1.1. Em caso de irregularidade, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis para regularização, sob pena de inabilitação.

13.2. Como **condição para a homologação da contratação**, a licitante adjudicatária deverá apresentar no prazo de 02 (dois) dias úteis os seguintes documentos:

- a) Documentos que comprovem a **propriedade ou posse legítima** dos veículos, máquinas e/ou equipamentos correspondentes a cada item adjudicado, em nome da empresa contratada. Serão admitidos:
 - Certificados de registro de veículo (CRV ou CRLV),
 - Notas fiscais de aquisição em nome da empresa,
 - Contratos de locação, comodato ou cessão de uso, **desde que com cláusula expressa de vinculação à execução contratual** e garantia de disponibilidade plena durante a vigência do contrato;
- b) Para os itens relativos a **serviços de guindaste telescópico e guindaste com cesto**, a apresentação de **apólice de seguro vigente para cobertura de içamento**, emitida em nome da licitante ou que a inclua expressamente como segurada ou responsável pelo risco operacional.

13.3. A adjudicação e homologação são responsabilidades da Autoridade Competente e somente poderão ocorrer após o Pregoeiro anunciar a licitante vencedora.

14. DO REGISTRO DOS PREÇOS

14.1. Após a homologação do resultado, será efetuado o Registro de Preços dos fornecedores mediante a assinatura da **Ata de Registro de Preços (Anexo “B”)** pela Autoridade Máxima, sendo vedada a transferência ou cessão da Ata de Registro de Preços a terceiros.

14.1.1. A Ata de Registro de Preços estará disponível para consulta no Portal do Município de Concórdia, no link “Licitações”, juntamente com os demais documentos pertencentes a este processo licitatório.

14.2. A efetividade da Ata de Registro de Preços será caracterizada pela sua publicação no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP), no prazo de 20 (vinte) dias úteis contados a partir de sua assinatura.

14.3. A Ata de Registro de Preços terá validade de 1 (um) ano e poderá ser prorrogada por igual período, desde que seja comprovado o preço vantajoso, conforme o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

14.4. Durante o prazo de validade do Registro de Preços, a Administração Municipal poderá optar por contratar todo o objeto deste Pregão ou apenas quantidades parciais, a seu critério.

15. DAS PENALIDADES

15.1. A recusa imotivada do adjudicatário em cumprir a Ata de Registro de Preços no prazo assinalado neste edital sujeitá-lo-á à aplicação de multa de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total dos itens adjudicados e homologados, contada a partir do primeiro dia após a validação da Ata de Registro de Preços, conforme disposto no item 14.1 deste instrumento convocatório.

15.2. Considera-se como valor total do contrato o montante dos preços finais ofertados pela licitante após a etapa de lances, correspondente aos itens adjudicados a ela.

15.3. A penalidade de multa, prevista no item 15.1 deste edital, poderá ser aplicada cumulativamente com as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4. As notificações para a aplicação de penalidades serão realizadas por meio eletrônico, utilizando o sistema 1Doc ou o e-mail informado no contato do Preposto.

15.4.1. Os prazos serão contados a partir da data de envio do ofício ou do e-mail.

15.4.2. Concomitantemente à notificação eletrônica, a referida notificação poderá ser publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, sendo que, neste caso, o prazo para defesa será contado a partir da data de publicação.

16. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado de acordo com as condições estabelecidas no Decreto nº 7.893, de 27 de dezembro de 2023.

17. DO CADASTRO RESERVA

17.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado, mediante a formulação de um novo lance no sistema de gerenciamento do certame.

17.1.1. Caso o sistema de gerenciamento do certame não disponibilize um campo para registro de lance com valor igual ao do vencedor, visando à formação do cadastro reserva, a licitante interessada deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, encaminhar uma proposta para formação do cadastro reserva ao e-mail indicado pela Administração.

17.1.2. A apresentação de novas propostas na forma prevista no item 17.1.1 não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

17.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados de acordo com a ordem de suas últimas propostas individuais apresentadas durante a fase competitiva.

17.3. A ordem de classificação dos licitantes registrados no cadastro reserva deverá ser respeitada para as contratações e será utilizada apenas se o registro do licitante melhor classificado for cancelado e/ou suspenso.

17.4. O Cadastro Reserva será formalizado como anexo à Ata de Registro de Preços.

17.5. Em caso de necessidade de formalização de nova Ata de Registro de Preços com algum dos fornecedores constantes no cadastro reserva, o fornecedor será convocado e terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para apresentar sua documentação de habilitação, em conformidade com o edital.

17.6. Os quantitativos estimados não vinculam qualquer obrigação e não geram qualquer direito ao fornecedor.

17.7. Poderá ser adquirido um item com mais de um fornecedor registrado no cadastro reserva, respeitando a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem tal medida e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

18. DOS ORGÃOS E UNIDADES PARTICIPANTES

18.1. A Ata de Registro de Preços decorrente deste Pregão poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal, mesmo que não tenha participado diretamente do certame licitatório, incluindo a Câmara Municipal de Vereadores, a Polícia Civil por meio do Convênio de Trânsito, a Polícia Militar por meio do Convênio de Trânsito e Rádio Patrulha, e os Bombeiros Militares por meio do Convênio.

19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. O Pregoeiro poderá realizar diligências em qualquer fase da licitação, destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

19.2. A apresentação da proposta de preços implica aceitação plena e irrestrita das condições deste Pregão, sujeitando a licitante às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3. Ao participar deste certame, as licitantes declaram automaticamente:

19.3.1. Que não empregam menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não empregam menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme o art. 68, VI, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3.2. Que atendem aos requisitos de habilitação e respondem pela veracidade das informações prestadas, nos termos do art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

19.3.3. Que cumprem as exigências legais de reserva de cargos para pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social, conforme o art. 63, IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3.4. Que as propostas econômicas incluem integralmente os custos relacionados aos direitos trabalhistas assegurados na legislação vigente, conforme o art. 62, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3.5. Que não possuem servidor público do Município de Concórdia em seu quadro societário.

19.3.6. Que examinaram o presente Edital e seus anexos, aceitando suas condições, e que o produto ofertado (marca e modelo) atende integralmente ao descritivo do item no Edital.

19.3.7. Que não celebraram contratos com a Administração que possam comprometer sua capacidade econômico-financeira, conforme art. 69, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

19.3.8. Que não celebraram contratos com a Administração Pública que desqualifiquem seu enquadramento como ME/EPP, conforme o art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021, quando aplicável.

19.3.9. Que obtiveram todos os esclarecimentos necessários sobre o objeto do certame, sem dúvidas sobre a execução dos serviços ou fornecimento dos bens.

19.4. Informações verbais fornecidas por integrantes da Administração Municipal não serão consideradas como base para impugnações.

19.5. Casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, com base na legislação vigente.

19.6. A participação na licitação implica aceitação irretratável das normas e condições editalícias.

19.7. Todos os horários indicados no Edital seguem o horário oficial de Brasília – DF.

19.8. O Município de Concórdia reserva-se o direito de anular ou revogar a presente licitação, total ou parcialmente, sem que caiba indenização de qualquer espécie.

19.9. Esclarecimentos relativos a esta licitação poderão ser obtidos com a Diretoria de Compras do Município de Concórdia, por meio eletrônico via sistema 1Doc, telefone/WhatsApp: (049) 3441-2106, ou e-mail: camila@concordia.sc.gov.br, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min.

20. DOS ANEXOS DO EDITAL

20.1. Integram o presente Edital, como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

a) **Anexo “A”** – TERMO DE REFERÊNCIA

b) **Anexo “B”** – MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Concórdia, SC, data registrada na assinatura.



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA

RUDIMAR VITTO
Secretário Municipal de Gestão Urbana



MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA ESTADO DE SANTA CATARINA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 1/2026 - PMC

ANEXO “A”

TERMO DE REFERÊNCIA

O(s) Termo(s) de Referência, parte integrante deste processo, encontra(m)-se disponível(is) para download no site oficial do Município de Concórdia (<http://www.concordia.sc.gov.br>), na seção de licitações, juntamente com o arquivo deste Edital.